

## 1ATA DA 14ª REUNIÃO DO CONSELHO SUPERIOR DO INSTITUTO FEDERAL DE 2EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESTADO DE GOIÁS.

3

4

5Aos 12 dias do mês de novembro de 2012, às 14h30, na Sala de Reuniões da Reitoria do Instituto  
6Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, realizou-se a 14ª Reunião do Conselho  
7Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, visando a tratar dos  
8seguintes assuntos: 1) Aprovação da Ata nº 013/2012; 2) Autorização de oferta e de alteração de  
9oferta de cursos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na perspectiva  
10da implementação do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, 2012 a 2016. A reunião foi  
11presidida pelo Professor Paulo César Pereira e secretariada pela Assistente em Administração  
12Claudia Beatriz Carrião Alves, com a presença dos Conselheiros Titulares Caio Augusto Vieira  
13Mariano Borges, Felicidade Maria de Faria Melo, Hélio Naves, Leonardo Andrade Lira, Marcos  
14Elias Moreira, Maria Socorro Duarte da Silva Couto, Oniel Arantes de Araújo, Paulo Roberto de  
15Oliveira Garcia, Rimet Jules Gomes Teixeira Filho, Ruberley Rodrigues de Souza, Sandro Ramos  
16de Lima, Temístocles Mendes Ribeiro, Ubaldo Eleutério da Silva e Valdeon Moraes Bueno e o  
17Conselheiro Suplente Antônio Ribeiro da Costa Neto. Compareceu também a Pró-Reitora de  
18Ensino, Professora Gilda Guimarães, a convite da Presidência do Conselho. Justificaram ausência  
19os Conselheiros Titulares Aléssio Trindade de Barros, Daniel Silva Barbosa, Josué Vidal Pereira,  
20Manoel Pereira da Costa, Pedro Soares de Oliveira e Queren dos Passos Freire. A reunião teve  
21início com o Presidente do Conselho Superior cumprimentando e agradecendo a presença de  
22todos os Conselheiros. A seguir, o Presidente do Conselho solicitou acrescentar à pauta dois  
23assuntos. O primeiro deles é a substituição do chefe da Auditoria Interna do IFG, em razão da  
24aposentadoria da servidora que exercia o cargo. O segundo ponto é a validação do processo de  
25eleição para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Jataí, sendo ambas acolhidas pelos  
26Conselheiros. O Presidente do Conselho passou, então, para o primeiro ponto de pauta, a  
27aprovação da Ata nº 013/2012, questionando se havia algum destaque por parte dos  
28Conselheiros; não havendo nenhuma ressalva, a Ata foi aprovada por unanimidade. Na  
29sequência, o Presidente do Conselho prosseguiu para o segundo ponto de pauta: o processo  
30eleitoral para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Jataí. O Presidente do Conselho lembrou que  
31o Conselho Superior deflagrou, em junho de 2012, o processo eleitoral para a escolha do Diretor-  
32Geral do Câmpus Jataí, tendo sido designados os conselheiros Josué Vidal Pereira, Paulo  
33Roberto de Oliveira Garcia e Rimet Jules Gomes Teixeira Filho para disciplinarem e coordenarem  
34o processo de constituição da comissão eleitoral que conduziu o processo. Continuando, informou  
35que o professor Paulo Henrique de Souza foi candidato único, sendo eleito com noventa e dois  
36por cento dos votos para mandato de um ano, porque, a partir do próximo ano, os mandatos dos  
37Diretores-Gerais passam a coincidir com o mandato do Reitor. A seguir, o Presidente do Conselho  
38fez a leitura da Portaria nº 1266, de 03 de agosto de 2012, de nomeação do professor Paulo  
39Henrique para o cargo de Diretor-Geral do Câmpus Jataí, e, também, da Resolução nº 012, de 1º  
40de agosto de 2012, que homologou o resultado da eleição. Por ser uma resolução *ad referendum*  
41do Conselho Superior, o Presidente do Conselho solicitou a apreciação desta decisão para que,  
42uma vez homologada por este Conselho, esta passe a ser uma resolução do Colegiado.  
43Imediatamente, o Presidente do Conselho colocou em votação a deliberação da Resolução,  
44solicitando que, caso algum Conselheiro discordasse da decisão, que se manifestasse, ou, ainda,  
45se houvesse alguma abstenção, que, do mesmo modo, o Conselheiro se manifestasse. O  
46Conselheiro Sandro pediu que, assim como em outros processos semelhantes, a comissão  
47eleitoral encaminhasse, antecipadamente, um relatório de convalidação do processo aos  
48membros do Conselho Superior. Prontamente, o Conselheiro Ruberley imprimiu, para cada  
49Conselheiro, uma cópia da Ata final da comissão eleitoral do referido processo. Prosseguindo, o  
50Presidente do Conselho falou que, por não ter havido manifestação contrária e nem abstenção,  
51entendia que a decisão estava aprovada por unanimidade. De imediato, o Presidente do Conselho



52passou para o ponto de pauta seguinte, informando que, há alguns anos, a servidora Marisa  
53Eugênia Pires teve seu nome aprovado por este Conselho, para que exercesse o cargo de Chefe  
54da Auditoria Interna do IFG. Disse, ainda, existir dois Decretos Presidenciais: o de número 3591,  
55de setembro de 2000, alterado pelo Decreto número 4304, de 16 de junho de 2002, sendo que  
56ambos estabelecem como competência deste Conselho a nomeação, designação, exoneração ou  
57dispensa do titular da Auditoria Interna, submetida pelo dirigente máximo da entidade, sendo que,  
58após tal procedimento, será submetido à aprovação pela Controladoria-Geral da União (CGU).  
59Informou, também, que a servidora Marisa Eugênia Pires, que exercia esse cargo, se aposentou  
60em setembro deste ano e que, interinamente, foi nomeado o servidor Dean Mardem, ocupante do  
61cargo de Auditor na Auditoria Interna desde 2009, quando foi contratado. Prosseguindo, o  
62Presidente do Conselho informou que, como está respondendo interinamente pela chefia da  
63Auditoria Interna desde setembro, gostaria de colocar em apreciação o nome do servidor Dean  
64Mardem, para que seja convalidado por este Conselho e, posteriormente, pela CGU. Passando a  
65palavra ao Conselheiro Hélio Naves, este questionou qual a formação acadêmica do servidor  
66indicado para o cargo. O Presidente do Conselho solicitou informação à Chefe de Gabinete,  
67Senhora Juraci Alves Grangeiro, que comunicou ser o servidor graduado em Ciências Contábeis.  
68Na sequência, o Conselheiro Sandro sugeriu que, pelo fato de o servidor já estar exercendo  
69interinamente a função, esta decisão ficasse para a próxima reunião, solicitando que fosse  
70encaminhada aos Conselheiros uma cópia do currículo do referido servidor. Tomando a palavra, o  
71Conselheiro Temístocles disse considerar bastante criteriosa a decisão feita pelo Reitor, não  
72carecendo, portanto, de maiores informações acerca do servidor em questão; disse, além disso,  
73sentir-se tranquilo em aprovar a indicação, confiante na competência e bom senso do Reitor e  
74que, a seu ver, trazer o currículo do servidor não acarretaria mudanças significativas. O  
75Conselheiro Hélio Naves falou que retirava o seu questionamento e, concordando com o  
76Conselheiro Temístocles, aprovava a indicação do servidor. O Presidente do Conselho agradeceu  
77a deferência dos membros do Conselho e se comprometeu a disponibilizar o currículo do servidor  
78em outro momento, para conhecimento de todos. Em sequência, o Presidente do Conselho  
79colocou em votação a indicação do nome do servidor Dean Mardem para exercer a chefia da  
80Auditoria Interna do IFG. Prosseguindo, o Presidente do Conselho comunicou que, por não ter  
81havido manifestação contrária e nem abstenção, entendia que a indicação estava aprovada por  
82unanimidade. Dando continuidade, o Presidente do Conselho passou para o último ponto de  
83pauta: a autorização de oferta e de alteração de oferta de cursos do Instituto Federal de  
84Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, na perspectiva da implementação do Plano de  
85Desenvolvimento Institucional – PDI, 2012 a 2016. Em seguida, o Presidente do Conselho  
86informou que esse último ponto de pauta é uma proposta de reestruturação da oferta de cursos  
87em todos os Câmpus do Instituto, observando os eixos tecnológicos de atuação dos respectivos  
88câmpus. Continuando, esclareceu ser esta proposta fruto de discussões feitas desde 2011 com a  
89comunidade acadêmica. O Presidente do Conselho, no intuito de esclarecer aos Conselheiros,  
90disse que essa discussão foi realizada na perspectiva de elaboração de um documento que  
91norteasse a atuação do IFG em seus dez Câmpus em funcionamento e, no início deste ano, essa  
92discussão culminou com a realização de um congresso – o Congresso do Plano de  
93Desenvolvimento Institucional – PDI. Informou, também, que o que está sendo trazido é um  
94pedido de alteração da oferta da proposta de cursos para que seja implementada a partir do  
95primeiro semestre de 2013. Continuando, o Presidente do Conselho argumentou que parte desses  
96projetos já estão prontos; outros, em fase de construção, mas entendia que seria mais produtivo  
97trazê-los de uma só vez para análise deste Conselho, não sem, previamente, encaminhá-los com  
98tempo suficiente para análise. Dando prosseguimento aos esclarecimentos, o Presidente do  
99Conselho disse que um dos aspectos que norteou este trabalho foi saber que a orientação do  
100Ministério da Educação é no sentido de que o dimensionamento das unidades implantadas,  
101incluindo-se aí as mais antigas, excluindo-se somente a da capital, estão estruturadas para um  
102quadro de sessenta professores. Disse, também, que vem sendo desenvolvido um trabalho para o

103crescimento dessas unidades, inclusive para que se expandam proporcionalmente à importância  
104de cada Câmpus dentro da região em que está inserido, sendo este o primeiro limitador, exigindo,  
105também, um profundo debate sobre os eixos tecnológicos de atuação de cada Câmpus. O  
106segundo foi a necessidade de adequação da oferta de cursos e vagas às exigências da  
107legislação, a qual estabelece, para os Institutos Federais, a responsabilidade de oferecer, no  
108mínimo, cinquenta por cento das vagas para cursos técnicos, preferencialmente da forma  
109integrada; no mínimo, vinte por cento nas licenciaturas e, ainda, a expansão da oferta de cursos e  
110vagas no PROEJA. Em seguida, o Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro  
111Sandro, que afirmou ter acompanhado o Congresso do PDI, que teve a característica de amplo e  
112efetivo movimento da comunidade. Relembrou que foram três dias em que a comunidade pôde  
113apresentar suas várias visões, muitas delas contraditórias, tendo sido discutido assuntos como o  
114sistema de cotas, o processo de ingresso, a organização do espaço acadêmico, composição da  
115organização do congresso, e, ao mesmo tempo, se projetou um futuro para a Instituição.  
116Continuando, o Conselheiro Sandro argumentou que um dos temas para o qual não houve tempo  
117suficiente para discussão, pelo que o congresso promovia em termos de expectativas, foi a  
118questão de organização de um quadro de cursos oferecidos no Instituto, que está em expansão e,  
119por isso, modifica-se a todo instante. Dando sequência, parabenizou o trabalho feito pela  
120Professora Gilda, bem como a equipe da Pró-Reitoria de Ensino, no sentido de desencadear as  
121discussões nos Câmpus. Salientou que essas discussões foram feitas a partir de uma base inicial  
122de dados, tanto no cumprimento da Lei nº. 11.892, que estabelece os percentuais já citados pelo  
123Presidente para as licenciaturas, os cursos técnicos e bacharelados, como o que foi feito  
124posteriormente pelo professor Ruberley em relação à Pós-graduação, representando um trabalho  
125de dimensão sistêmica para o Instituto. Falou ainda que ele, tanto como Diretor-Geral de um  
126Câmpus quanto como Presidente do Congresso do PDI, e, também, por ter acompanhado o  
127trabalho dos outros Câmpus, verificou uma maturidade de manejo para a composição deste  
128quadro, que não está pronto, perfeito e completo; encontra-se, sim, em construção, porque outras  
129contradições virão: abrigar-se-á mais um ou dois Câmpus no próximo ano, há, igualmente, o teto  
130de professores estabelecido nos novos Câmpus pelo Ministério da Educação, e isso,  
131evidentemente, implicará em redesenhos. Disse também que, diante de situações de limites, de  
132organizar e otimizar a força de trabalho docente, criando cursos de eixos tecnológicos que tenham  
133convergências, permitir ao professor ter uma carga horária razoável, que ele possa se entregar à  
134Pesquisa e à Extensão, e ainda levando em conta a questão de programas como o PRONATEC,  
135Mulheres Mil, FORMA e tantos outros projetos. Prosseguindo, falou que esse formato dá  
136segurança do ponto de vista do compromisso com os egressos em relação à empregabilidade, à  
137indução de mercado sob o ponto de vista de que os Câmpus da Instituição também são vetores  
138de desenvolvimento. Concluindo, o Conselheiro Sandro disse que o trabalho feito pela Reitoria  
139atende às expectativas do que o Congresso do PDI delineou, bem como as que a comunidade  
140ansiava para prosseguir na atuação da Instituição. De imediato, o Presidente do Conselho passou  
141a palavra ao Conselheiro Paulo Roberto, que parabenizou o modo como a Reitoria conduziu os  
142trabalhos, em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino, mencionando também o trabalho  
143desenvolvido pelo Observatório do Mundo do Trabalho. Continuando, relatou que, pela primeira  
144vez em Jataí, a comunidade externa manifestou seus anseios em relação ao Câmpus, mantendo  
145o foco do eixo tecnológico dele. Tal fato, a seu ver, se deu em função de o processo ter se  
146pautado pela discussão. Prosseguindo, apresentou aos demais conselheiros um Abaixo-Assinado,  
147com um total de 3.132 (três mil, cento e trinta e duas) assinaturas de alunos do Ensino Médio,  
148solicitando que fosse oferecido o curso de Engenharia Civil pelo Câmpus Jataí. Esclareceu que  
149todos os documentos foram encaminhados para a Reitoria e esta fez várias reuniões com  
150membros políticos daquela cidade e, também, com a comunidade interna. O que se observou foi  
151um debate muito rico dentro do colegiado departamental e do Congresso Institucional de  
152Educação, no qual se debateu o PDI, culminando com uma configuração madura para o Câmpus  
153Jataí. Concluindo, disse que essa maturidade, percebida também no restante da Instituição, se



154deve ao direcionamento e à abertura de diálogo que essa Reitoria, por meio de suas Pró-  
155Reitorias, trouxe para a comunidade, proporcionando tranquilidade a este Conselho Superior para  
156a aprovação das alterações das ofertas de cursos do Instituto. Passando a palavra ao Conselheiro  
157Rimet, este disse discordar de alguns posicionamentos por considerar que as medidas causarão  
158um impacto nos cursos, na sociedade em que os Câmpus estão inseridos e na comunidade  
159acadêmica, tanto agora quanto futuramente. Relembrou que, como delegado do PDI no eixo  
160Ensino, o debate deveria ter sido concluído posteriormente, porque carecia de análises mais  
161profundas nas comunidades acadêmicas e havia a necessidade de se encerrar o congresso.  
162Continuando, disse ter ficado aguardando a continuidade das discussões; porém, havia sido  
163informado somente nesta semana sobre os cursos que serão fechados e abertos no Câmpus  
164Anápolis, no qual estuda. Em seguida, disse que havia sido informado de que as discussões  
165foram feitas com os Coordenadores dos cursos e que não sabia se os professores também  
166participaram. Falou que a representante da Pró-Reitoria de Ensino esteve no Câmpus para  
167apresentar o resultado dessa discussão e que foi um choque para a pequena comunidade  
168acadêmica a informação do fechamento de cursos que ainda estão em processo de consolidação  
169e em fase de conhecimento pela comunidade acadêmica e pela sociedade Anapolina. Considerou  
170que os Câmpus recém-implantados sofrem do mesmo problema citado em Anápolis, sendo que tal  
171situação não ocorre em Câmpus maiores, como Jataí, onde a comunidade pode manifestar seus  
172anseios. Questionou os indicadores que apontam para o fechamento de alguns cursos e para a  
173abertura de novos, como o caso do fechamento do curso Informática para Internet, que, conforme  
174relatório apresentado, está sendo fechado em vários Câmpus. Prosseguindo, o Conselheiro Rimet  
175disse ter debatido com demais colegas o porquê de não se alterar, por exemplo, o nome do curso  
176ou a proposta da matriz curricular, já que abrange diversos outros cursos. Relatou, ainda, que, a  
177seu ver, o curso Técnico Integrado em Secretaria Escolar, que também está sendo fechado, se  
178encontra justamente em uma fase que passa pela consolidação do processo de conhecimento por  
179parte da comunidade externa. Reforçou, então, seu pedido de esclarecimento sobre os fatos, para  
180que seu voto no Conselho não ficasse injusto frente a outras comunidades acadêmicas que  
181decidiram pela alteração dos cursos por meio de amplas discussões. O Presidente do Conselho,  
182dando prosseguimento, passou a palavra para a Conselheira Maria Socorro, que relatou a mesma  
183apreensão em relação ao Câmpus Inhumas. Dando sequência, o Presidente do Conselho falou  
184que se surpreendeu com a colocação dos dois Conselheiros, Rimet e Maria Socorro, porque  
185assim como está no parecer entregue aos Conselheiros, esse debate vem sendo efetivamente  
186feito desde 2011, bem como no Colégio de Dirigentes, desde longa data. Continuando, disse que,  
187obviamente, pelos parâmetros colocados da necessidade de definição segura das diretrizes, se há  
188limitadores do quadro de professores e se há algum indicativo de reavaliação dos eixos,  
189obviamente implica em encerramento de determinados cursos. Constatou que fatos como estes  
190são sempre muito traumáticos e que causam certo pesar a quem é aluno de determinado curso,  
191porém, houve planejamento e avaliação. Continuando, disse que sua surpresa residia em estar  
192acompanhando este processo por meio da Pró-Reitoria de Ensino, estar debatendo com os  
193Diretores-Gerais e ter sido informado por eles da condução deste processo nos Câmpus, quando  
194de suas visitas feitas a eles ao longo do semestre. Dando seguimento, o Presidente do Conselho  
195reafirmou que não se trata de uma tentativa de surpreender ninguém; trata-se, sim, de um  
196enfrentamento a determinados equívocos cometidos. Finalizando, salientou que o Instituto tem  
197tido uma preocupação em dar uma identidade a cada Câmpus. Por exemplo: Inhumas tem uma  
198forte atuação na área de alimentos; Itumbiara, na área de elétrica e química; Formosa, na área de  
199meio ambiente e construção civil, e da mesma forma com os demais Câmpus. Na sequência, o  
200Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro Oniel, que disse não questionar os  
201métodos dos trabalhos realizados pela Reitoria e Pró-reitorias, entretanto, concordava com o  
202posicionamento dos Conselheiros Rimet e Maria Socorro. Em seguida, acrescentou que, como  
203membro da comunidade e Conselheiro, necessitava de informações sobre como explicar uma  
204mudança na estratégia, uma vez que a anterior foi levantada a partir das necessidades de cada



205 região ou microrregião. Questionou, ainda, o que teria acontecido para haver mudanças mais  
206 acentuadas no perfil e o que explicar aos discentes que depositaram confiança nos cursos do  
207 Instituto Federal que deixam de existir. Continuando, colocou que gostaria de saber como se daria  
208 o amparo à credibilidade desse profissional no mercado. Seguindo, o Conselheiro Sandro disse  
209 que desde que foi decidido pelo Congresso do PDI, realizado em fevereiro de 2012, a Pró-Reitoria  
210 de Ensino foi aos Câmpus e desencadeou uma ampla discussão sobre a composição do quadro  
211 de cursos de cada um deles. Prosseguindo, informou que cada Câmpus levaria em conta a  
212 consulta pública, sendo que ouve, nesse ínterim, a determinação do Ministério da Educação  
213 (MEC) em relação ao teto do número de professores e servidores por Câmpus. Relatou que o  
214 Câmpus Anápolis possui cinco eixos tecnológicos, e considerou, ainda, impossível o trabalho com  
215 o teto estabelecido dentro da verticalização da licenciatura, curso superior, tecnologia,  
216 subsequente, ensino técnico integrado, que a partir do próximo ano passará a ser integral, além  
217 de outras questões, contando apenas com o quadro de sessenta professores. A seguir,  
218 argumentou que, diante da situação exposta, foram feitas quatro reuniões com as Coordenações,  
219 que, por sua vez, também as faria com seu Colegiado. No caso dos Câmpus novos, e aqui se  
220 inclui Anápolis, o Conselho Departamental está em processo de implantação, mas, mesmo assim,  
221 com a representação dos três segmentos, a discussão foi feita. Em uma delas, no Teatro do  
222 Câmpus, com a presença da Pró-Reitora de Ensino, convocaram-se todos os alunos, porém,  
223 somente quatro compareceram e, apesar dessas ausências, a discussão foi feita. Dando  
224 sequência, o Conselheiro Sandro esclareceu que, em relação ao curso de Informática para  
225 Internet, este se apresenta como um curso que enseja itinerários formativos posteriores, indo além  
226 do simples ingresso no mercado de trabalho e, atualmente, informática é uma ferramenta presente  
227 e imprescindível em todos os cursos. Informou aos Conselheiros que a turma de terceiro ano  
228 deste curso, da qual o Conselheiro Rimet faz parte, possui cinco alunos para uma cidade como  
229 Anápolis, com o compromisso que os Institutos Federais têm e com a responsabilidade de  
230 resolver questões estratégicas, não só de empregabilidade, mas de formar cidadãos para o  
231 mundo do trabalho, a situação se apresenta com uma sofisticação que deve ser discutida. Em  
232 seguida, o Conselheiro Sandro disse que, em relação ao curso de Secretaria Escolar, que  
233 completará três anos em julho, apresentou dificuldades desde o começo; neste ano, das trinta  
234 vagas disponibilizadas somente seis foram preenchidas na primeira seleção, sendo necessário  
235 fazer uma seleção simplificada para compor pelo menos oitenta por cento das vagas; no entanto,  
236 só se conseguiu ocupar vinte por cento delas. A seguir, esclareceu que, nesse ínterim, a  
237 Instituição entrou no projeto do E-Tec/Profucionário, para formar quatro cursos dentro do eixo  
238 tecnológico de Orientação Comunitária e Educacional, que terá cento e quarenta vagas em  
239 Anápolis, as quais já se encontram com as matrículas efetivadas. Acrescentou que, com a oferta  
240 dos Programas E-Tec e Profucionário, o curso de Secretaria Escolar não está sendo fechado,  
241 mas, sim, convertido para a modalidade PROEJA. Dando sequência, informou que será criado o  
242 curso Comércio Exterior, para uma cidade que está construindo um Aeroporto de Carga, tem uma  
243 plataforma multimodal, DAIA, Porto Seco e terá a Ferrovia Norte-Sul com dois entroncamentos;  
244 então, dentro de uma razoabilidade, que é um dos Princípios que regem a Administração Pública,  
245 fez-se a escolha da possibilidade de abrigar a formação desses alunos. Finalizando, disse ser  
246 necessário compreender como os debates foram realizados, desencadeados e construídos em  
247 cada Câmpus. Evidentemente, não se pode tutelar a comunidade acadêmica; o que se pode fazer  
248 é construir parâmetros de participação, e estes foram feitos. O Presidente do Conselho, dando  
249 prosseguimento, passou a palavra à Pró-Reitora de Ensino, Gilda, a qual esclareceu que, após o  
250 Congresso do PDI, a Pró-Reitoria de Ensino fez uma visita, com toda uma agenda programada e  
251 um repertório de documentos reunidos, que desencadeou, em cada Câmpus, a retomada da  
252 discussão do item 3.1 da Minuta do PDI, que se refere à implantação da organização acadêmica,  
253 com um cronograma de alteração de oferta, extinção ou inclusão de curso durante o período de  
254 vigência do PDI. Em seguida, disse que toda essa documentação foi digitalizada e disponibilizada  
255 no acervo do Câmpus e inserida no link da Pró-Reitoria de Ensino, tendo-se o cuidado de passar,



256inclusive, listas de assinaturas dos presentes às reuniões e de digitalizá-las, colocando-as  
257também à disposição para consulta. Reiterou que foi um trabalho feito em todos os Câmpus, sem  
258exceção, e no Câmpus Goiânia foram feitas sete reuniões: uma em cada um dos Departamentos  
259de Áreas Acadêmicas, uma com toda a comunidade convidada e outra com os Coordenadores de  
260cursos e Coordenadores Acadêmicos, Chefes de Departamento e Direção-Geral, e ainda uma  
261última com o Departamento de Áreas Acadêmicas IV e a Direção-Geral do Câmpus. Afirmou ter  
262sido uma sobrecarga enorme de atividades, porém necessária, por saberem do cuidado com esse  
263planejamento que marca os próximos cinco anos do desenvolvimento do Ensino desta Instituição,  
264bem como o reflexo do desenvolvimento do Ensino, da Pesquisa, da Extensão. Mencionou ainda  
265que, após a ida da equipe de Ensino aos Câmpus, a continuidade desses trabalhos se daria no  
266âmbito dos próprios Câmpus. Esclareceu que a Pró-Reitoria de Ensino vem desde 2008 com a  
267composição da minuta do Projeto Político-Pedagógico Institucional, apontando as diretrizes e as  
268políticas para o desenvolvimento do Ensino na Instituição. Tal minuta foi apresentada em fevereiro  
269de 2008 e, em dezembro deste mesmo ano, o CEFET foi transformado em Instituto, por meio da  
270Lei nº. 11.892; assim sendo, os trabalhos foram retomados, e construída a minuta do Plano de  
271Desenvolvimento Institucional. Dando prosseguimento, argumentou que todas as ofertas de  
272cursos e suas alterações partem do princípio primeiro de que, a partir de 2011, passou-se a  
273trabalhar com a determinação do Governo Federal que estabelece um banco de professores para  
274cada Câmpus da Instituição. Em segundo lugar, pela trajetória de construção dentro das Áreas  
275Acadêmicas que se consolidaram nos Câmpus, de 2008 a 2012. Dando continuidade, o  
276Conselheiro Rimet disse que não questionava o trabalho da Reitoria e nem da Pró-reitoria em  
277relação a esse processo; porém, como delegado do PDI, entendeu que as discussões deveriam  
278ser mais profundas e que, apesar de seu engajamento na vida do Câmpus Anápolis, não  
279participou das reuniões por conta de seu desconhecimento acerca delas. Em seguida, afirmou que  
280a turma mencionada pelo Professor Sandro, com apenas seis alunos no terceiro ano, conta com  
281cerca de trinta alunos na turma do segundo ano, e, a seu ver, a tendência é um aumento do  
282número de alunos nos Câmpus novos à medida que a comunidade for conhecendo o Instituto. O  
283fechamento de cursos em Câmpus implantados há mais tempo é mais tranquilo, porque já houve  
284um processo de acomodação, adaptação e identificação, tanto da comunidade quanto do mercado  
285de trabalho, em relação aos cursos ofertados. Questionou o impacto que o fechamento dos cursos  
286pode causar na comunidade e o trauma que isso pode acarretar tanto ao aluno quanto ao  
287professor e, ainda, o fato do quadro de professores do curso de Informática estar completo. O  
288Presidente do Conselho Superior, então, passou a palavra para o Conselheiro Paulo Roberto, o  
289qual argumentou que o trabalho desenvolvido pelo Observatório do Mundo do Trabalho aponta  
290claramente os eixos para cada Câmpus, e que em relação à discussão do trabalho assinalada  
291pelo Congresso do PDI, houve transparência, debates, divulgação; no entanto, como Conselheiro,  
292não há como mensurar a eficiência da discussão em um Câmpus ou outro. O Conselheiro  
293concluiu sua fala dizendo que o trabalho desenvolvido no PDI foi um estudo bem construído e  
294apresentado, feito dentro de suas limitações, e, em sua opinião, este Conselho deveria  
295compartilhar dessa mesma maturidade aplicada em sua construção; não caracteriza uma proposta  
296imposta, mas, sim, um trabalho da comunidade do IFG, em conjunto com a Reitoria e Pró-Reitoria  
297de Ensino e o Observatório do Mundo do Trabalho. Continuando, o Presidente do Conselho  
298passou a palavra à Conselheira Felicidade, que argumentou que, em toda sua atuação como  
299Conselheira, nunca vivenciou momentos como dos últimos dois anos, acontecimentos que são  
300dignos da confiança de seu voto. Salientou que tem sido nítido o envolvimento da comunidade e a  
301maturidade dos encaminhamentos. Disse que, além disso, baseando-se em sua experiência, não  
302há necessidade da preocupação de alguns Conselheiros em relação ao reconhecimento do  
303profissional no mercado, caso o curso feito por ele venha a ser fechado; o que valoriza o  
304profissional são a competência e o aprendizado que ele possui. Prosseguindo, falou que esse  
305processo de alterações é normal na educação, e que, no Instituto, ele foi bem trabalhado, tendo  
306sido abordado em vários momentos neste Conselho. A Conselheira finalizou sua fala

307parabenizando a equipe pelo trabalho realizado e dando seu aval para a aprovação do ponto em  
308pauta. Em seguida, o Presidente do Conselho passou a palavra para o Conselheiro Hélio Naves,  
309que solicitou, para as próximas reuniões, a colocação de identificação nos Conselheiros,  
310facilitando o diálogo entre os eles. Continuando, comunicou que, ao ler o Parecer e o Memorando,  
311assinados respectivamente pelo Presidente do Conselho e pela Pró-Reitora Gilda, analisando os  
312documentos que mostram os cursos existentes e a proposta nova, e, ainda, conhecendo toda a  
313região onde há Câmpus do IFG instalados, considerava as alterações totalmente coerentes.  
314Argumentou também que os documentos deixam claro que houve uma consulta extensa, uma  
315preocupação de não se fazer o trabalho baseando-se em uma única pessoa e que houve  
316participação da sociedade e do Observatório do Mundo do Trabalho. Concluindo, disse que votava  
317a favor do documento, tendo a certeza de que o trabalho será benéfico para as regiões atendidas  
318pelos Câmpus, tendo também a convicção de que ações como estas podem se repetir no futuro,  
319porque o mundo muda, evolui. A seguir, o Presidente do Conselho passou a palavra à Pró-reitora  
320Gilda, a qual esclareceu que no Câmpus Inhumas o curso de bacharelado em Informática é  
321ofertado no turno noturno, e foi sugerido pelo próprio Câmpus que fosse alterado para o turno  
322matutino a partir do primeiro semestre de 2013 e que, em 2014, ele seria excluído, sendo  
323sucedido pelo curso de Sistemas de Informação. Como este novo curso já está com o projeto  
324praticamente pronto, chegou-se à conclusão que não faria sentido transferir o curso de Informática  
325para o período matutino e extingui-lo no ano seguinte, com a implantação do novo. Com esta  
326informação, o Presidente do Conselho pediu aos Conselheiros que fizessem a devida correção  
327nas planilhas apresentadas, retificando, no Câmpus Inhumas, curso Sistemas de Informação,  
3282013\_1. Aproveitando a correção, a Pró-Reitora Gilda solicitou uma retificação no quantitativo de  
329vagas no curso de Licenciatura em Química, ofertado pelo Câmpus Uruaçu, em virtude deste não  
330ter encaminhado a segunda oferta de Licenciatura; o curso, então, permanecerá com a oferta de  
331sessenta vagas. Dando prosseguimento, o Presidente do Conselho passou a palavra ao  
332Conselheiro Rimet, que salientou que a planilha de cursos apresentada na proposta apresentada  
333no PDI, a qual foi discutida com os professores, não era a mesma que está em discussão naquele  
334momento. Continuando, disse que, com o fechamento, abertura ou a alteração da grade de alguns  
335cursos, o Instituto poderá estar incorrendo em novos erros, os quais fazem parte de um processo  
336de consolidação; contudo, conclamou os demais Conselheiros a questionarem e debaterem a  
337questão, e que a seu ver seria precoce e até mesmo imaturo decidir, de imediato, pela mudança  
338dos cursos. Concluindo, o Conselheiro disse que seu voto seria contrário à aprovação da  
339proposta. Prosseguindo, o Conselheiro Oniel disse acreditar que, mesmo se ele ou outro  
340Conselheiro não conseguissem entender a análise feita para que o Instituto compusesse a sua  
341gama de ofertas de cursos à sociedade, o Conselho Superior, em sua totalidade, acabaria por  
342arcar com o prejuízo democrático por não adotar critérios de conhecimento total da complexidade  
343da educação. Em seguida, disse que por melhores que fossem as proposições de um Conselho,  
344por mais que as informações fossem disponibilizadas nos sites da Instituição, não havendo o  
345alcance pleno da comunidade, questionou se haveria garantia de sucesso ou se o insucesso  
346seria fruto de uma possível incompetência da comunidade. Dando sequência, argumentou ser  
347necessário fazer com que essa comunidade fosse competente e que ela pudesse assimilar o que  
348está sendo proposto. Concluindo, informou que solicitava, como membro da comunidade e deste  
349Conselho Superior, as informações que não obtivera anteriormente; em sua opinião, olhar no site  
350ou haver reuniões direcionadas mais para o público das Áreas Acadêmicas pode não ter sido a  
351forma mais eficiente de se buscar a compreensão da sociedade. A seguir, o Conselheiro Caio  
352disse que aquilo que define o mercado não é somente o curso feito pela pessoa, mas sim o fato  
353de ser um bom profissional. Continuando, disse que, em sua opinião, o que faltou no debate feito  
354em cada Câmpus após o Congresso do PDI foi a participação de um número maior de membros  
355da sociedade, e não somente a comunidade acadêmica. Disse, ainda, reconhecer o déficit de  
356participação dos alunos nesse processo, contudo essa pouca participação pode ter se dado em  
357função da necessidade de se englobar os alunos nessa área acadêmica, que é a área em que



358vive e necessita compreender. Concluindo, o Conselheiro Caio disse ter três questionamentos:  
359primeiramente, se havia sido feito um estudo nos Câmpus com uma comissão mercantil que  
360trabalha na cidade; também se, para cursar determinado curso, o aluno teria de se deslocar de  
361seu domicílio, pois a oferta seria em outro Câmpus; e, ainda, se a proposta ali apresentada já  
362tinha sido analisada anteriormente em alguma outra comissão da Instituição. Em seguida, o  
363Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro Antônio Ribeiro, que argumentou  
364também ter tido dificuldade em apreender as informações em virtude de não ter sido feita em sua  
365base, a Central Única dos Trabalhadores, nenhuma discussão prévia da proposta ora  
366apresentada. Salientou que não havia motivo para desconfiança e que a questão não inviabilizaria  
367seu voto; entretanto, se fosse possível adiar a decisão, poderia ser feito um melhor estudo da  
368proposta, uma vez que era uma grande responsabilidade estar ali aprovando um projeto daquela  
369magnitude. Como não houve mais pedidos de inscrições, o Presidente do Conselho passou a  
370responder aos questionamentos pendentes. Iniciou dizendo que as propostas que são trazidas a  
371este Conselho pela seriedade e profundidade dos assuntos, e são trazidas com muita segurança.  
372Em sequência, o Presidente do Conselho comunicou que a Instituição seguiu à risca todos os  
373procedimentos que foram estabelecidos para que este assunto fosse trazido ao Conselho Superior  
374e muito mais do que disponibilizado no site, esse trabalho foi exaustivamente debatido. Relatou,  
375ainda, que em nenhum dos demais quarenta Institutos que compõem a Rede Federal, num total  
376de quinhentas unidades, realizou um congresso com duzentos delegados, os quais, durante uma  
377semana, realizaram encaminhamentos. Garantiu que todas as diretrizes apresentadas cumpriram  
378rigorosamente o que havia sido estabelecido. Respondendo ao Conselheiro Caio, informou que a  
379proposta, antes de vir para este Conselho, havia sido debatida no Colégio de Dirigentes. E,  
380finalmente, em relação ao último questionamento do Conselheiro, disse que a pesquisa  
381mercadológica fica a cargo do Observatório do Mundo do Trabalho, o qual fez prospecções,  
382entrevistas com a população, conversas com o Poder Público, com o setor produtivo e com as  
383Organizações Sociais, para depois indicar o possível eixo da localidade, lembrando que este  
384trabalho do Observatório é somente um dos elementos utilizados na análise. Na sequência, o  
385Presidente do Conselho disse que essa não era, seguramente, apenas uma tentativa a mais; a  
386proposta apresentada representava um acúmulo de conhecimentos e de experiências. Disse  
387ainda haver o direito de, após dois anos, reavaliar a oferta de cursos, porém o que não tínhamos  
388direito é de, mesmo com a disposição de acertar e com os elementos que tínhamos, não chegar a  
389conclusão que tínhamos que mudar. Em seguida, o Presidente do Conselho comunicou que  
390segurança e responsabilidade estavam presentes, que o debate em pauta possuía o reflexo de  
391uma discussão institucional, e de forma alguma a proposta causaria prejuízo à Instituição e aos  
392alunos. Então, o Presidente do Conselho fez os esclarecimentos, respondendo ao Conselheiro  
393Antônio Ribeiro, argumentando que a proposta apresentada foi o melhor que a Instituição pôde  
394construir, por respeitar as opiniões individuais sem, no entanto, perder de vista o coletivo, e que  
395adiar essa decisão poderia significar um retrocesso. Em sequência, o Presidente do Conselho  
396pediu a autorização do Conselho Superior para a publicação do Edital de Seleção, que aguarda a  
397deliberação deste Conselho. Em seguida, o Presidente do Conselho passou a palavra à Pró-  
398Reitora Gilda, a qual reforçou que os documentos disponibilizados no site também foram  
399encaminhados, tanto física quanto eletronicamente, a todos os Câmpus, além de serem debatidos  
400presencialmente, com a presença da Pró-Reitoria de Ensino em todos os Câmpus da Instituição.  
401Continuando, recordou que no final do ano passado foi autorizado, mediante adesão dos Câmpus,  
402a transformação dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio, ofertados no período matutino  
403e em quatro anos, para cursos ofertados em tempo integral em três anos, incluído o tempo  
404reservado ao estágio. Na sequência, a Pró-Reitora Gilda esclareceu que as planilhas desse  
405documento, especialmente, são de extrema importância para a Instituição, porque servirão de  
406parâmetro de avaliação por parte das Comissões de Avaliação dos cursos realizadas pelo  
407INEP/MEC, e, também, por parte daquele, para avaliação da Instituição. No entanto, o próprio  
408Congresso do PDI sinalizou que tudo o que está posto no documento, incluindo o cronograma de



409desenvolvimento, deve ser objeto de avaliação a cada biênio. Em seguida, o Conselheiro Sandro  
410disse que se for necessário revisar daqui a dois anos o que foi proposto agora, será perfeitamente  
411normal, pois com a inclusão dos novos Câmpus, a chegada de novos professores com ideias  
412diferentes, poderá surgir essa necessidade, pois é um processo de recomposição promovido pelo  
413IFG, juntamente com o processo de ampliação. Concluindo, o Conselheiro Sandro pediu que os  
414Conselheiros pensassem bem, haja vista que todas as discussões feitas nos Câmpus passaram  
415pelo Colégio de Dirigentes, mas é nesta instância que a proposta será deliberada; pediu uma  
416atenção ao calendário acadêmico, que não pode mais ser adiado, tendo de dar uma satisfação ao  
417Processo de Seleção que está programado. Dando prosseguimento, o Conselheiro Caio disse  
418que, se a mudança proposta se dá em função de medidas adotadas que não obtiveram êxito, e,  
419tendo sido essa mudança aprovada de forma democrática no Congresso do PDI, manifestou-se  
420favorável à aprovação da proposta. Aproveitando a palavra, o Conselheiro Caio disse que o  
421Grêmio, em parceria com o Centro Acadêmico do curso de Engenharia, fizeram uma análise sobre  
422a oferta do curso de Engenharia no período vespertino, e o resultado mostrou que o pequeno  
423número de alunos se deve ao fato de que grande parte dos interessados necessita trabalhar e,  
424com o horário disponibilizado, isso se torna incompatível. A análise também mostrou que os  
425alunos que conseguem fazer o curso no vespertino são os que possuem um poder aquisitivo  
426maior, não necessitando trabalhar. Continuando, questionou se uma solicitação formal da  
427mudança de período fosse feita, com a anuência dos alunos e professores, poderia contribuir para  
428esta alteração. Em seguida, o Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro Marcos  
429Elias, que falou que, quando surgiu a possibilidade do Conselho Estadual de Educação indicar  
430alguém para este Conselho, fez questão de colocar seu nome, por ser empolgado com a idéia dos  
431Institutos, os quais, mais ágeis do que as universidades, têm mostrado grande capacidade de  
432responder a certas expectativas. Continuando, argumentou que o Brasil, bem como outros países,  
433precisam aprofundar e avançar em algumas questões da educação; ainda há dificuldades para se  
434adequar nosso processo educacional às demandas e exigências da sociedade. Salientou a  
435recente expectativa da sociedade brasileira em relação à necessidade de formação de  
436Engenheiros, para melhoria e desenvolvimento do país, e os Institutos Federais responderam de  
437forma mais acelerada do que as próprias universidades, que tinham mais tradição na oferta  
438desses cursos. Os Institutos têm um potencial muito expressivo e, ao se observar a planilha  
439apresentada, uma parcela significativa dos cursos nela propostos não estariam aqui se fôssemos  
440discuti-los há quinze anos, porque simplesmente não existiam; são cursos oriundos de uma série  
441de transformações que a sociedade vem vivenciando, e, então, passaram a existir. Continuando,  
442relatou que ninguém quer o fechamento de um curso, mas também se observa que a mudança foi  
443tão significativa que às vezes o que era certo em um determinado momento em um outro passa a  
444ter uma exigência diferenciada; são cursos que inexistiam e agora são necessários e, talvez  
445futuramente, não sejam mais necessários. Disse, ainda, que acompanhar essa situação é algo  
446complexo e exigente, e quanto mais democrático for, melhor; mas pontuou que o Conselho não  
447poderia deixar de deliberar exatamente porque a demora pode significar o comprometimento de  
448todo um processo maior. Finalizando, o Conselheiro Marcos Elias disse ser favorável à proposta  
449apresentada e que deveríamos aprender com todos os debates. Sugeriu que pensássemos em  
450ações que assegurassem um aprofundamento no processo de diálogo e discussão, como a  
451colocação no site da Instituição, mas também a utilização das Redes Sociais, como Facebook e  
452Twiter, nas quais a repercussão é maior entre os estudantes, sendo talvez estas medidas  
453garantidoras de uma maior circulação, de forma mais aprimorada, deste processo. Na sequência,  
454o Presidente do Conselho passou a palavra ao Conselheiro Temístocles, que justificou sua  
455necessidade de ausentar-se da reunião, deixando antes seu voto favorável à aprovação da  
456proposta. A seguir, o Presidente disse que passaria aos encaminhamentos finais, mas, antes,  
457respondeu ao Conselheiro Caio que todas as propostas de melhoria, encaminhadas por qualquer  
458segmento da Instituição, seriam acolhidas pela Presidência do Conselho e pela Reitoria. Após as  
459deliberações, o Presidente do Conselho questionou se havia alguma outra consideração a ser



460 feita; como não houve outras manifestações, o Presidente do Conselho fez a leitura do Parecer,  
461 colocando-o em seguida em votação. O Conselheiro Oniel, já em regime de votação, questionou  
462 se poderia manifestar o seu voto na próxima reunião do Conselho Superior, no que foi esclarecido  
463 pela presidência do Conselho e pelos demais conselheiros que regimentalmente não caberia. O  
464 Parecer foi aprovado com treze votos favoráveis, um voto contrário, proferido pelo Conselheiro  
465 Rimet Jules Gomes Teixeira Filho, e uma abstenção, advinda do Conselheiro Oniel Arantes de  
466 Araújo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e  
467 encerrou a reunião às 17h17.

468  
469  
470  
471Paulo César Pereira  
PresidenteJosé Sergio Sarmento Garcia  
Suplente472  
473  
474  
475  
476  
477

## Representantes do Colégio de Dirigentes do IFG

Sandro Ramos de Lima  
TitularJoão Marcos Bailão de Lima  
Suplente478  
479  
480Ruberley Rodrigues de Souza  
TitularJosé Carlos Barros Silva  
Suplente481  
482  
483Ubaldo Eleutério da Silva  
TitularJerônimo Rodrigues da Silva  
Suplente484  
485  
486  
487  
488

## Representantes do Corpo Docente

Josué Vidal Pereira  
TitularWarde Antonieta da Fonseca Zang  
Suplente489  
490  
491Daniel Silva Barbosa  
TitularMarcelo Escobar de Oliveira  
Suplente492  
493  
494Maria Socorro Duarte da Silva Couto  
TitularFausto Oliveira Carvalho  
Suplente495  
496

51  
52  
53



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA

497  
498  
499  
500

Representantes do Corpo Técnico-Administrativo

Quéren dos Passos Freire  
Titular

Daniela Cristina Borges e Silva  
Suplente

501  
502  
503

Paulo Roberto de Oliveira Garcia  
Titular

Wilma Joaquim Silva  
Suplente

504  
505  
506

Oniel Arantes de Araújo  
Titular

Osmar Albino de Oliveira Júnior  
Suplente

507  
508  
509

Representantes do Corpo Discente

510  
511  
512

Leonardo Andrade Lira  
Titular

Sudário Macedo dos Santos  
Suplente

513  
514  
515

Rimet Jules Gomes Teixeira Filho  
Titular

Claudinei Souza França  
Suplente

516  
517  
518  
519

Caio Augusto Vieira Mariano Borges  
Titular

Matheus Castro Diniz  
Suplente

520  
521  
522  
523  
524  
525

Representantes dos Egressos

Valdeon Moraes Bueno  
Titular

Marco Antônio de Melo  
Suplente

526  
527  
528

Temístocles Mendes Ribeiro  
Titular

Juliana Paula Gonzaga  
Suplente

529  
530  
531

Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Av. Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste. CEP: 74.130-012. Goiânia-GO  
Fone: (62) 3612-2200

56  
57  
58



INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA

532  
533  
534  
535

Representantes da SETEC/MEC

Aléssio Trindade de Barros  
Titular

Luciano de Oliveira Toledo  
Suplente

536  
537  
538  
539  
540  
541

Representantes do Conselho Estadual de Educação

Marcos Elias Moreira  
Titular

Maria Lúcia Fernandes Lima Santana  
Suplente

542  
543  
544

Manoel Pereira da Costa  
Titular

Antônio Cappi  
Suplente

545  
546  
547  
548  
549  
550

Representantes da Federação das Indústrias do Estado de Goiás

Hélio Naves  
Titular

Ivan da Glória Teixeira  
Suplente

551  
552  
553  
554  
555  
556

Representantes da Federação do Comércio do Estado de Goiás

Felicidade Maria de Faria Melo  
Titular

Maria Angélica de Moraes e Silva  
Suplente

557  
558  
559  
560  
561  
562

Representantes da Central Única dos Trabalhadores

Pedro Soares de Oliveira  
Titular

Antônio Ribeiro da Costa Neto  
Suplente

563  
564  
565  
566  
567

Representantes da Força Sindical de Goiás

Nivaldo Ferreira de Souza  
Titular

Aloísio Silva de Aguiar  
Suplente

568

Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Av. Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste. CEP: 74.130-012. Goiânia-GO  
Fone: (62) 3612-2200

61  
62  
63



**INSTITUTO FEDERAL  
GOIÁS**

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS  
REITORIA**

569  
570

Claudia Beatriz Carrião Alves  
Secretária do Conselho

571

Reitoria do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Av. Assis Chateaubriand, nº 1.658, Setor Oeste. CEP: 74.130-012. Goiânia-GO  
Fone: (62) 3612-2200